

A DIVERSIDADE DAS IDENTIDADES GÊNERO CABE NA RACIONALIDADE?

DOES THE DIVERSITY OF GENDER IDENTITIES FIT WITHIN RATIONALITY?

DOI [10.5281/zenodo.10425984](https://doi.org/10.5281/zenodo.10425984)

LUÍS FERNANDO CRESPO¹

¹DOUTOR EM FILOSOFIA, COORDENADOR E DOCENTE NA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO. CRESPO.LF@GMAIL.COM

RESUMO

O artigo reflete sobre os limites da racionalidade ao modelo científico, principalmente considerando o raciocínio binário, para se nomear as identidades de gênero. Como cerceadora e delimitadora, a binariedade restringe as possibilidades de algo que é complexo e não é passível de ser traduzido para uma linguagem como a científica. O texto propõe a racionalidade poética como aquela que tem condições de mais abarcar a experiência humana do junto a si próprio e junto ao mundo.

Palavras-Chave: Identidade; gênero; racionalidade; ciência; poesia.

ABSTRACT

The paper reflects on the limits of rationality to the scientific model, mainly considering binary reasoning, to name gender identities. As a restrictor and delimiter, binarity restricts the possibilities of something that is complex and cannot be translated into a language such as scientific language. The text proposes poetic rationality as that which is able of encompassing more of the human experience of oneself and the world.

Keywords: Identity; gender; rationality; science; poetry.

Introdução

Nesse texto, busca-se refletir sobre o que significa falar em identidade – especificamente, para a identidade relacionada a indivíduos, e não a grupos –, e de que modo seria possível falar racionalmente (efetivamente) sobre identidade de gênero. A possibilidade de se refletir sobre a identidade se mostra, no século XXI, por meio das inúmeras teorias desenvolvidas dentro de tal temática – de unívoco, o termo passa a ser plurívoco. Talvez, seja mais adequado se falar da construção das identidades, do que da própria identidade em essência. Aqui, vale trazer o grande âmbito da interseccionalidade para que possa ser pensada a subjetividade de forma mais adequada às necessidades contemporâneas.

Em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais (Collins; Bilge, 2021, p. 188).

Possibilitar esse tipo de reflexão exige pensamento crítico sobre a forma como os indivíduos aprenderam a pensar o mundo à sua volta. Fazendo-se a crítica, torna-se possível reaprender a pensar. Nesse sentido, ganha expressão e valor o conceito de descolonização (ou decolonização), já que o pensamento ocidental, ao invés de ser *o pensamento que se deu no Ocidente*, sempre foi assumido como *o Ocidente pensa legitimamente*. Disso, retira-se a necessidade de se compreender diversas maneiras de pensar – o que, por sua vez, devem denotar diferentes racionalidades.

Talvez, mais que a derrubada de símbolos físicos (Mercier, 2021), seja importante a derrubada dos monumentos gregos do pensamento – derrubada, não como destruição, mas como relativização e entendimento de aspectos políticos que embasam o entendimento de mundo. Ao ser reduzida a uma única modalidade, como será indicado adiante, a racionalidade permite que a realidade seja tocada apenas de modo tangente. A razão, por meio de um processo de esgarçamento, pode levar o ser humano a um entendimento mais efetivo de si próprio, principalmente quando falamos de pensar identidade de gênero.

Metodologia

De natureza analítico-ensaística, o texto pretende refletir sobre elementos teóricos que cerceiam a reflexão sobre a identidade humana – especificamente a de gênero. Tal cerceamento se deve, em primeiro lugar, pela própria noção de razão trazida, ao longo do tempo, da manifestação filosófica que ocorreu na Grécia Antiga. O segundo ponto se refere à problemática da identidade de gênero, questionando o fato de ter sido tomada como algo fixo a ser descoberto e não construído pelo ser humano (que é a concepção tradicional).

Nesse intuito, recorre-se a elementos da filosofia de diferentes autores para se problematizar o modo como a razão (à maneira científica) cerceia, definindo o conceito de identidade não apenas na relação que as pessoas estabelecem entre si, mas em si mesmas, cada uma em sua vivência individual. Sendo as identidades únicas, tal modelo racional é insuficiente. Nesse sentido, é possível pensar outro modelo racional? Eis a questão que subjaz ao texto todo.

A questão que deve dirigir a reflexão é: Se o conceito de identidade for alargado, de modo tal que possa abarcar a existência de diferenças substanciais entre pessoas (*identidades*, no plural, considerando que não há um ente idêntico a outro), que tipo de racionalidade daria conta de pensar a diferença como constituinte das subjetividades?

Por fim, recorre-se à razão poética como a única capaz de definir sem cerceamento, já que se trata de uma definição que não obriga o ente a ser, mas o deixa ser.

Discussão

I

O pensar ocidental é grego – ou, pelo menos, foi há até pouco tempo. O entendimento de mundo foi moldado de modo tal que, durante muito tempo, até foi questionada a possibilidade de haver um raciocínio não fundado no filosofar iniciado pelos chamados pré-socráticos. Seria fácil – ou até possível – pensar de outro modo?

Parece que, fora o fácil e possível, o que tem espaço é o necessário. É necessário pensar diferente, percebendo que as bases não são tão sólidas como já se acreditou.

E o cânone da tradição, onde caberia? A proposta não é deixar totalmente as ideias dos homens, brancos, europeus, mas compreender que se trata de um modelo que, por conta de diferentes razões – especificamente, políticas, de dominação –, prevaleceu. Mas há outros modelos que, sem serem conhecidos, não podem ser classificados como insuficientes. Aqui, não serão apresentados tais modelos diversos, mas se intentará a abertura para uma possibilidade de descolonizar o pensamento por meio do pensar poético.

A lógica abre o caminho. O conceito de identidade não se refere ao *ser igual a outrem*, pois não há entes iguais – e por isso é que o princípio lógico da identidade é basilar ($A=A$); neste sentido, um indivíduo apenas será igual a si mesmo. Ainda que nada mais existisse, o indivíduo seria ele próprio; ou seja, o diferente não é necessário para que o indivíduo possa ser.

A reflexão sobre o tema da identidade de modo geral é algo presente no coração da filosofia – seja no âmbito da lógica ou da metafísica, a identidade faz referência àquilo que um ente é; basicamente, um ente é a si próprio. Ser igual a si implica ser diferente do outro, a não ser que os nomeados “eu” e “outro” sejam o mesmo – o que pode ser demonstrado por meio da teoria de conjuntos.

O princípio de identidade valeria, ainda que existisse apenas o um por exemplo, mesmo que um indivíduo fosse o único ente na existência, ele ainda seria idêntico a si (embora, talvez, não fosse necessária a conceituação de si sobre si), não importando as características que deixaria de ter sem a influência de outrem. O indivíduo único saberia de si, do que é e da experiência que faz do mundo – embora, possivelmente, uma experiência de si e do mundo não traduzida para a linguagem racional.

Uma linguagem costumeiramente compreendida como racional segue um modelo que, por sua vez, é um recorte da razão – seu exemplo mais efetivo é a razão científica e sua fala sobre o mundo. Esta razão talvez satisfaça a uma necessidade

do ego do indivíduo, mas não alcança a verdade do ser. O modelo de razão científica é o que vigora como mais verdadeiro, de maneira especial, no Ocidente, tendo sido trazido pelos colonizadores europeus. Deste modo, é possível tentar entender de que modo uma racionalidade pode estar atrelada a um modelo de dominação.

... o método eurocentrado de alcançar o conhecimento espalhou-se para os demais continentes após o período de colonização de 1492 em diante, com a dominação das Américas pelas “armas, germes e aço” europeias, causando genocídios e epistemicídio de inúmeras populações Indígenas (...). No entanto, outras formas de buscar o conhecimento, ou ainda, outras epistemologias, de origem não eurocêntricas, podem carregar questões culturais que influenciam sobre suas teorias e práticas (...) (Junior, 2021, p. 178).

Descolonizar o pensamento significa descolonizar o modo de raciocinar sobre o mundo; é entender que a razão ao modelo da ciência dá conta de um domínio de indivíduos da realidade. Este domínio sobre o qual ela atua é importante, mas é preciso entender que se trata de um recorte do fenômeno do mundo. O fenômeno da identidade humana pode ser um dos quais a racionalidade ao modelo científico não alcança.

A partir de um conjunto de definições estabelecidas ao longo do desenvolvimento de cada ramo científico, a ciência calcula e desenvolve novos conceitos e definições para as ocorrências do mundo. Porém, o que ocorre com o ato de ser não é o mesmo que ocorre com o definir. O indivíduo é quem é e sempre será, mesmo que não haja qualquer necessidade de definição. A necessidade de classificação (em diversos âmbitos) vem da vida coletiva e, então, apenas é possível uma definição, delimitação e destacamento por meio da linguagem que se faz discurso.

Nos *Analíticos Posteriores*, Aristóteles afirma que “predicados que denotam a essência indicam que o sujeito é idêntico ao predicado ou a alguma parte deste” (Aristóteles, 2005, p. 291), mas o autor continua adiante: “se A se aplica tanto a C quando a D (...), essa aplicação do predicado nem sempre será devido a uma característica comum” (Aristóteles, 2005, p. 295). Esta ideia indica que não basta uma definição qualquer sobre a identidade para que os indivíduos sejam abarcados no que se diz. Nos estudos feministas ou interseccionais, não é suficiente nomear a categoria

“mulher”, por exemplo, acreditando que todas as mulheres seriam nomeadas em sua identidade. O mesmo ocorre com a categoria “negro” em estudos de raça, ou com as categorias delimitadas pelas letras da sigla LGBTQIAPN+ nos estudos *queer*. A necessidade é a de encontrar uma linguagem que expresse mais.

II

Assumindo-se a identidade como uma vivência específica de indivíduos e não de grupos, delimitar as categorias segundo a lógica científica é insuficiente para falar do ser dos entes. Tal delimitação serve para algo, mas apenas dentro de um âmbito específico que depende de certa fixidez nas definições – além de ser demarcada por questões sociais e políticas.

Pensando sobre a possibilidade de definição do que significa ser mulher, Grove (2023, n.p.) afirma que

... a identidade não é algo fixo, e (...) a subjetividade de um indivíduo é mediada e produzida em seu contexto histórico e cultural. Todos os marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexo etc.) fazem parte da nossa realidade material, portanto as simplificações de uma experiência empírica e material com base em fatores específicos (e inconsistentes com a realidade) não levam em conta os contextos que vivemos.

(...)

Assim a conversa vai ficando mais complexa, pois a simples essencialização e universalização não servem para contemplar as experiências de todos.

A citada fixidez poderia ser trazida por meio de teorias essencialistas, que entendem que os entes são o que são por conta de sua essência (é de sua natureza); porém, isso acaba se mostrando como contrassenso, ao se observar que as subjetividades identitárias são construídas de modo sempre contextual, ou seja, dependendo sempre da situação na qual se dá.

Quanto mais fixidez, mais seguro seria o trabalho da razão. Elementos do mundo mais fixos permitem ser relacionados de modo tal que seria possível o cálculo da realidade. A razão científica é um tipo do que Heidegger chamou de *razão*

calculadora: ela determina o que aparece no mundo e o modo como aquilo que aparece pode aparecer (Heidegger, 2002, p. 48); postos os entes no mundo, o “cálculo é o procedimento assegurador e processador de toda teoria do real” (Heidegger, 2002, p. 49).

Para ser ciência, a razão “congela” a realidade, pois o cálculo não seria possível na consideração de um objeto que não se deixa “agarrar pelas mãos”. Neste sentido, a natureza deixa de ser “algo” em si, passando a ser apenas representação: os entes são categorizados a partir de padrões de manifestação que, sendo estabelecidos, regem a mensuração de todos os entes (Crespo, 2022, p. 135)

A partir da racionalidade calculadora, pode-se enxergar que o ser humano nasce e cresce dentro de um enquadramento racional binário, que trabalha com oposições do tipo certo/ errado, bom/ mau, justo/ injusto, certo/ errado etc. (nas identidades: homem/ mulher, preto/ branco, hetero/ homo). O olhar, a partir da binariedade, é sempre parcial, já que é uma tentativa de incluir a diversidade em dois vetores apenas – seria traduzir um pluriverso em duas dimensões; trata-se de uma tentativa de simplificação, como se a realidade devesse se sujeitar à capacidade humana. Pensar binariamente exige menos – é mais fácil para o pensamento. Falar em identidade não é falar do binário, mas falar de um indivíduo em sua complexidade.

Com relação aos elementos “binariedade” e “fixidez”, vale lançar olhos para o artigo *Uma progressão lógico-histórica para a ideia de identidade de gênero* (Costa, 2022), no qual o autor toma o método de análise histórica hegeliana para entender de que modo a ideia de identidade de gênero sai de uma 1) matriz binária (concepção tradicional), passa por uma 2) matriz quaternária (que relaciona o binarismo biológico ao binarismo de orientação: masculino-heterossexual, masculino homossexual, feminino heterossexual e feminino homossexual), segue para uma 3) matriz “junguiana” (com base nos arquétipos de *anima* e *animus*), até chegar à 4) matriz butleriana.

Do ponto de vista lógico, a matriz binária adota como critério de atribuição de identidades de gênero a vinculação dessas identidades às características biológicas (sexo masculino, sexo feminino) da pessoa em questão. Expressamos esse critério dizendo que a matriz binária regula a atribuição de identidades de gênero com base no binarismo biológico.

A vinculação direta entre as identidades de sexo e as identidades de gênero (na forma sexo masculino → gênero masculino, sexo feminino → gênero feminino) é uma vinculação entre dois tipos de identidades que, desde o ponto de vista da matriz Butleriana, se determinam com base em critérios referentes a campos de observação diferentes: a identidade de sexo é determinada por observação do corpo da pessoa em questão, ao passo que a identidade de gênero é atribuída por meio da observação das condutas da pessoa, condutas cujos componentes (comportamentos e sentimentos) Butler denomina atos de gênero (Costa, 2022, p. 10).

Para Butler (2018), o gênero se dá em seu fazer, em seu realizar-se, em seu aparecer. O gênero se mostra por meio de atos que se repetem estilizadamente, sendo “uma identidade tenuamente constituída no tempo” (Butler, 2018, p. 242). A autora indica que tal repetição poderia dar a ideia de uma constituição essencial, na “ilusão de um eu permanente” (Butler, 2018, p. 242) – tendo-se a crença como fruto do hábito (bem ao modelo humano).

Delimitado por meio de um pensar calculador, o ser humano é entendido como um ente que também deve responder a um enquadramento. As delimitações da racionalidade, somadas à consequente delimitação da linguagem, vão determinando possibilidades de conhecimento. Ao se assumir um tipo de racionalidade e sua respectiva forma de linguagem, pode-se compreender o que seja um regime epistemológico; nas palavras de Preciado (2022, n.p.):

Quando falo de regime da diferença sexual como uma epistemologia, me refiro a um sistema histórico de representações, a um conjunto de discursos, instituições convenções, práticas e acordos culturais (sejam eles simbólicos, religiosos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativos) que permitem a uma sociedade decidir o que é verdadeiro e distingui-lo do que é falso.

O mesmo autor (Preciado, 2022, n.p.) se utiliza da ideia de paradigma da filosofia de Thomas Kuhn (1922-1996) para explicar o funcionamento dos regimes epistemológicos:

Um paradigma determina uma ordem do visível e do invisível, e como tal traz consigo uma ontologia e uma ordem política, isto é, estabelece a diferença entre o que existe e o que não existe social e politicamente, e instaura uma hierarquia entre os diversos seres. Determina uma maneira específica de experimentar a realidade por meio da

linguagem, um conjunto de instituições que regulam os rituais de produção e de reprodução social.

O paradigma pode ser entendido como um foco de luz que ilumina apenas uma parte da realidade e deixa tudo o mais na escuridão; ele faz ver uma parte do real – a única que poderá ser conhecida. O paradigma definiu e define o que é possível conhecer – inclusive da própria identidade humana –, mostrando de que maneira isso é possível. A questão que resta é se o ente humano pode ser entendido como resumido àquilo que lhe é dado como definição identitária. Como exemplo, dentro de um paradigma histórico, o homossexual não existia em si mesmo até 1870, relata Foucault (2020, p. 48): a categoria “da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada (...). A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior (...).

A razão ordenou o mundo com uma fala que foi ordenada, e o mundo teve de ser enquadrado no que permitia tal linguagem; por sua vez, esta linguagem era expressão de um modelo de razão que foi assumido. A razão científica não consegue falar de tudo; e o que ela não alcança não pode ser rechaçado (mesmo o que está fora do foco de luz, existe). Quando se fala de identidade – ou identidades – a classificação binária da razão ao modelo científico é insuficiente; ela até acaba organizando um mundo possível, mas não toca o mundo em seu existir.

Tratar da temática de gênero faz ver que uma necessidade singular é encontrar a razão e a fala que possam contemplar mais das características essenciais da identidade de gênero de todos os indivíduos. No fundo, o indivíduo ainda não é tocado naquilo que sabe de si – naquilo que constitui “a dor e a delícia de ser o que é” (Veloso, 1982), trazendo já a linguagem poética como outra possibilidade de se falar da identidade.

III

Afirmar que a razão da ciência seja calculadora e delimitadora da realidade não carrega nenhum sentido depreciativo, tratando-se, simplesmente, do modo como

funciona a ciência – e ela, verdadeiramente, funciona, mas para um âmbito da realidade e segundo aquilo a que ela se propõe. O objetivo desse texto não é refletir sobre o que seja a ciência propriamente dita, mas lançar alguns olhares que permitam perceber sua insuficiência. Não se trata de afirmar, genericamente, que todos os ramos da ciência funcionem apenas dentro da binariedade; poderia ser uma razão com fundamento ternário, quaternário ou quantos fossem aquilo que aqui chamamos de “vetores”. O que se identifica como importante para esta reflexão é que a ciência sempre terá de trabalhar como uma delimitação de vetores, sem conseguir segurança caso sejam retirados tais pontos de apoio. Nesse sentido, a razão científica, é insuficiente para lidar com a fluidez de uma proposta como é a butleriana, por exemplo. A razão poética parece poder responder positivamente a esta necessidade.

Para que a linguagem vigore como linguagem do ser, é preciso encontrar caminho que não se restrinja aos ditames do dizer objetivador – como não há caminho, o salto é exigência daquilo que deve ser pensado e necessita vir à fala. (Crespo, 2022, p.150)

O pensamento científico, em sua busca de clareza e distinção, busca se firmar nas concatenações lógicas, aceitando o salto apenas quando, por exemplo, o raciocínio indutivo o exigir; mas, neste caso, trata-se de um “salto programado”, que se encaixa bem, dentro da construção do raciocínio. Porém, o entendimento do que se busca alcançar falando do ser dos entes é de outro modo: enquanto a razão calculadora salta por cima para atravessar um desconhecido e chegar à outra borda, no segundo caso, a exigência é que se salte para dentro do desconhecido.

Usando a ideia de salto para se falar de identidade de gênero, resta importante evitar saltar de uma definição à outra, quando no meio fica um desconhecido e, por isso, desconsiderado. Apenas o salto para dentro do não definido e, às vezes, sequer enxergado, é que permite trazer à tona e fazer aparecer – mas, então, não mais com definições delimitadoras e fechadas, e sim, com razão, palavra e linguagem que deixam ser. O pensar poético é o que deixa ser. Note-se que Heidegger usa o termo *Gelassenheit* (“serenidade”, no português) como atitude propriamente poética diante do mundo; *lassen* é o verbo “deixar” e, assim, *Gelassenheit* seria a atitude plena do deixar ser.

O deixar ser do pensar poético talvez seja o ato de cantar o mundo antes de falar dele de modo ordenado. Octávio Paz, em sua obra *Signos em rotação*, afirma que, possivelmente, antes de falarmos ordenadamente o mundo, nós o poetizamos, nós o cantamos ritmadamente.

O ritmo não só é o elemento mais antigo e permanente da linguagem, como não é difícil que seja anterior à própria fala. Em certo sentido, pode-se dizer que a linguagem nasce do ritmo ou, pelo menos, que todo ritmo implica ou prefigura uma linguagem. Assim, todas as expressões verbais são ritmo, sem exclusão das formas mais abstratas ou didáticas da prosa. Como distinguir, então, prosa e poema? Deste modo: o ritmo se dá espontaneamente em toda forma verbal, mas só no poema se manifesta plenamente (PAZ, 1996, p. 11).

Assim, teria sido o dizer poético a primeira experiência de traduzir o contato junto ao mundo – contato definido, mas não delimitado e encerrado na palavra. Aqui, seria o lugar de uma palavra que abre o espaço para que os entes sejam. É essa a exigência que se impõe para, efetivamente, falar da identidade de gênero, já que se trata uma vivência totalmente individual pela qual passa todo ser humano.

Preciado fala de jaulas nas quais, costumeiramente, o ser humano se vê lançado por meio de uma fala que existe sobre ele, antes mesmo de ele existir; ele afirma ter “consagrado toda uma vida a estudar os diferentes tipos de jaulas sexuais e de gênero nas quais os humanos se fecham” (Preciado, 2022, n.p.). Parece que a razão poética tem condições de abrir a jaula; mas, seguindo a ideia do mesmo autor, abrir a jaula dá a possibilidade de ir-se para outra, mas não propriamente de viver fora de toda jaula.

Ao se falar em nomear identidades de gênero, não se fala de um tipo de taxonomia, como a iniciada pela filosofia de Aristóteles. Não se fala de uma pura “classificação com nomes” que podem ser dados às diferentes vivências identitárias. A identidade não é identificação com um grupo, mas o reconhecimento daquilo que o indivíduo é. Pode-se enxergar nisso a justificativa para a mudança constante da sigla LGBTQIAPN+; pode-se acrescentar mais e mais letras, sem se conseguir alcançar aquilo que Preciado (2022) chama de *corpo vivo*. A necessidade primeira é a expansão do pensamento e a libertação da linguagem, como afirma Heidegger, em *Sobre o humanismo*, “Libertar a linguagem da gramática, para um contexto Essencial

mais originário, está reservado ao pensar e poetizar” (Heidegger, 2009, pp. 25-26). O poetizar (que não significa o ato de escrever poemas) se equipara ao pensar genuíno.

Pensar a identidade é pensar aquilo que se é, no reconhecimento de si - no nomear-se a si próprio. Trata-se de um ato de subversão, pois, desde sempre, aprendemos que devemos ser nomeados: nomeados pela norma, nomeados pela forma, nomeados pelo vigente. O próprio termo “subversão”, etimologicamente, traz a ideia de algo subjacente que “vem debaixo” à tona.

Todo ser humano, pretos e brancos, hetero e homossexuais, trans e cis, que se encontram em diferentes regiões do globo terrestre, crescem aprendendo que quem pode os nomear é a medicina, a política, a ciência, a psicologia, a religião ou qualquer outra instituição que detém algum poder epistemológico. Heidegger afirma ainda que “através da filosofia (...), nasceu a ciência e pereceu o pensamento” (Heidegger, 2009, p. 85). Pensar as identidades no reconhecimento social é pensar os predicados que identificam cada pessoa em si mesma, deixando de lado a definição pronta da ciência, em busca de algo que lhe possa falar mais significativamente.

Nomear, de maneira simples e inicial, é o ato de dar nome aos entes da realidade. Um nome localiza os entes e, para o ser humano, dá-se de dois modos: primeiro, localiza objetos a um sujeito que se põe diante; segundo, como consequência, localiza o próprio sujeito, quando considerado como um objeto. Esta localização do sujeito significa que, ao vir ao mundo, ele já vem como um ente situado. Para Heidegger (2012, p.178) é o poeta quem nomeia genuinamente:

Nomes são palavras pelas quais o que já é, o que se considera como sendo se torna tão concreto e denso que passa a brilhar e a florescer por toda parte na terra, predominando como beleza. (...) O próprio poeta poetiza a partir de uma reivindicação de nomes.

Quando nomeado, um ente ganha existência e vigora. Considerar o ser humano como ente situado, significa pensar que sua identidade nomeada lhe permite se colocar em um lugar determinado, a partir de onde mede seu existir e define para si sua identidade; a identidade de gênero deve ser nomeada para que o ser humano seja.

O modo como nomeia-se o mundo determina o modo como ele aparece. Significa entender que a aparência do mundo é construída e delineada por meio do nomear. Significa, ainda, entender que o fenômeno do mundo se dá pelo modo como é permitido às coisas aparecerem segundo um nome. O ato de nomear fixa o mundo e dá certa segurança ao ser humano – nomeado dentro de uma lógica binária, a sensação parece ser a de maior segurança; porém isso pode gerar problemas que saem do individual e vão para o social.

A vivência afetiva social é que permite o medir citado acima. Habitar o mundo com o sentido de “estar em casa” depende de uma tonalidade afetiva com o próprio mundo (nos entes que o constituem). Tom, tonalidade e sintonia são conceitos necessários para o entendimento da vivência humana de sua identidade; sintonia é quando o indivíduo está no mesmo tom do ambiente, do coletivo, do mundo. A sintonia depende do que o indivíduo é na relação com o tom dado pela sociedade. O ser humano tem todos os méritos do que fez do mundo; mas, segundo Heidegger, utilizando-se de versos de Hölderlin, só a poesia leva a existir: “Cheio de méritos, mas poeticamente o homem habita esta terra” (Hölderlin apud. Heidegger, 2002, p. 257).

Retomando a binariedade da racionalidade, a identidade passa a ser avaliada dentro dos parâmetros de “correta/incorreta, afrontosa/dócil, aceitável/ não aceitável”. O que estiver fora do binário possível parece motivar insegurança – a razão parece correr perigo. Segundo Vladimir Safatle, na obra *O circuito dos afetos*, o movimento interno e que sustenta o tecido social se dá no que chama de ‘circuito de afetos’, dentro do qual os indivíduos podem se situar; porém, o afeto que sustenta o pacto social é o medo, quando tudo pode ser perigo. Tal fato leva ao entendimento de que identidades de gênero dissidentes seriam motivo de perigo que, por sua vez, deveria ser afastado, eliminado – como instância, pode-se verificar o caso do Brasil, país que, há anos, mais mata transexuais no mundo.

Do mesmo modo como a poesia é transgressora da palavra, da gramática, da linguagem, uma identidade de gênero dissidente é transgressora da vivência, dos corpos e dos lugares do ser humano. O nomear poético transcende à binariedade, buscando subverter gramáticas e etimologias. O poético enfrenta a insegurança do

conceito não palpável e, portanto, não mensurável - o corpo de uma identidade de gênero o faz analogamente.

No poema *Não-coisa* (Gullar, 2009, p. 53-54), o poeta Ferreira Gullar traz versos que podem nomear o que aqui foi apresentado, sem cercear a experiência:

(...) A linguagem dispõe/ de conceitos, de nomes/ mas o gosto da fruta/
só o sabes se a comes// só o sabes no corpo/ o sabor que assimilas/
e que na boca é festa/ de saliva e papilas (...)

No entanto, o poeta/ desafia o impossível/ e tenta no poema/ dizer o
indizível:// subverte a sintaxe/ implode a fala, ousa/ incutir na
linguagem/ densidade de coisa// sem permitir, porém, / que perca a
transparência/ já que a coisa é fechada/ à humana consciência. (...)

Conclusões

Falar em identidade requer o entendimento de que se trata de algo que independe da vivência coletiva, social. Significa não se pautar apenas pelas teorias sociológicas ou psicológicas que tratam da identidade como dependente de relações que os indivíduos estabelecem na convivência com outrem. Identidade é uma vivência única, própria e pessoal, relativa ao modo como um ser humano passa a se entender no mundo e, a partir daí, a se relacionar com ele.

Para que todo ser humano seja integrado à sociedade, para que sua vivência seja considerada, é necessário que ele seja nomeado naquilo que é. Significa que sua identidade – nos diversos âmbitos – deve aparecer ao mundo, para que seja conhecido. Dentre tais âmbitos está o da identidade de gênero. Ao longo do tempo, as vivências segundo a identidade de gênero foram reduzidas a um mínimo de possibilidades, dentro do que uma lógica binária permitia – inclusive, tal redução é causa de problemas de diferentes ordens, também da violência de gênero.

A contemporaneidade mostra a necessidade de que as diferenças sejam preservadas e nomeadas, de tal modo a serem consideradas nos mesmos patamares de valor. Porém, isso não é possível, caso não seja aberto novos caminhos de razão, já que a situação que se perpetua há séculos encontra base em uma visão

reducionista das possibilidades de se ser no mundo. Não se trata, unicamente, de denunciar os problemas e passar a falar das identidades dissidentes: a necessidade é a de que sejam estabelecidos novos parâmetros de racionalidade.

Sem desmerecimento da ciência e de tudo o que ela tem possibilitado ao longo do tempo, enxergar que ela não é o único tipo de razão que pode falar a verdade do mundo é a primeira consideração a ser feita. Quando se fala em vivência humana, deve-se considerar o sentido que cada indivíduo vai construindo ao longo de sua vida e, nele, o modo como é possível ser a si próprio no mundo. O pensamento aqui desenvolvido busco mostrar que, possivelmente, a razão poética tenha condições de dar conta, por exemplo, do nomear identidades de gênero e, conseqüentemente, fazê-las aparecer.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. **RádioAgência**. 27/01/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo>, Acesso em: 09 dez. 2023.

ARISTÓTELES. **Órganon**. São Paulo: Edipro, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**; feminismo e subversão da identidade. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Antonio C. R. Uma progressão lógico-histórica para a ideia de identidade de gênero. **Revista Opinião Filosófica**, V. 13, n. 2, 2022. Disponível em: <https://testeoj.opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1079/869>, Acesso em: 08 dez. 2023.

CRESPO, Luís Fernando. **Serenidade** – poesia e pensamento em Heidegger. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GROVE, Lilyth Ester. A violência do essencialismo e do universalismo: o que define uma mulher? **Cult Revista**. Edição 294, maio/2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/violencia-do-essencialismo/>, Acesso em: 08 dez. 2023.

GULLAR, Ferreira. **Muitas vozes**; poemas. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. “Identidade e diferença”. In: **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o humanismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.

JUNIOR, Orivaldo Nunes. Filosofias indígenas: fractalidade como ferramenta de conhecimentos tradicionais. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 174–207, 2021. DOI: 10.5965/1984724622482021174. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/19031>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. **El país**. 24/07/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>, Acesso em: 09 dez. 2023.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Eu sou o monstro que vos fala**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VELOSO, Caetano. “Dom de iludir”. In: **Minha voz**. Intérprete: Gal Costa. Gravadora: Phillips, 1982. Duração: 3:32.